UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FOFRMAÇÃO DE PROFESSSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

FERNANDA DA SILVA RIBEIRO

VULNERABILIDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: INTERFERÊNCIAS NO RENDIMENTO ESCOLAR

CAJAZEIRAS - PB
2024

FERNANDA DA SILVA RIBEIRO

VULNERABILIDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: INTERFERÊNCIAS NO RENDIMENTO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório à obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva.

CAJAZEIRAS - PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

R484v Ribeiro, Fernanda da Silva.
Vulnerabilidade social na educação básica: interferências no rendimento escolar / Fernanda da Silva Ribeiro. – Cajazeiras, 2024.
49f.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva.
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2024.

1. Rendimento escolar. 2. Vulnerabilidade social. 3. Avaliação escolar. I. Silva, José Amiraldo Alves da. II. Título.

UFCG/CFP/BS CDU – 37.091.26

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

FERNANDA DA SILVA RIBEIRO

VULNERABILIDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: INTERFERÊNCIAS NO RENDIMENTO ESCOLAR

Aprovado em: 12 / 11 /2024

BANCA EXAMINADORA

José Amiraldo Alves da Silva

Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva – UAE/CFP/UFCG
Orientador

Rozilene Lopes de Sousa

Prof.ª Dr.ª Rozilene Lopes de Sousa – UAE/CFP/UFCG
Examinadora

Nozângela Maria Rolim Dantas

Prof.ª Dr.ª Nozângela Maria Rolim Dantas – UAE/CFP/UFCG
Examinadora

Dedico este trabalho a Deus, que me deu forças e sabedoria de guiar os meus passos do início da vida até o presente momento. Dedico aos meus irmãos, irmãs, painho e mainha por estarem presentes e serem motivos de força. Agradeço a Júnior por fazer mais do que o alcançável por mim e me incentivar sempre, e agradeço a mim, que entre os baixos e altos da vida cheguei até aqui.

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter me concedido o dom da vida e me capacitado com todas as qualidades necessárias para trilhar a estrada da vida, sendo o meu guia e alicerce.

Agradeço a mainha, mulher que sempre foi incentivadora para que eu pudesse estudar e seguir o melhor caminho, abdicou de sua vida para cuidar dos filhos e da casa com muito sacrifício e perseverança, foi a inspiração para que eu lutasse por dignidade humana, condições melhores de vida e a conclusão do nível superior.

A painho, homem que lutou de domingo a domingo na roça para ter o pão de cada dia, que mesmo sem instruções escolares possibilitou que eu tivesse condições de ingressar e permanecer no nível superior.

Aos meus irmãos e irmãs, pessoas com quem aprendi a ter sociabilidade humana, me ensinaram sobre respeito ao próximo e amor, que foram importantes durante a minha graduação.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas, por me fazerem ser ainda mais humanizada, amorosa e paciente, por eles eu quero ser uma pessoa, tia e professora melhor.

Ao meu amor, Júnior, pessoa que me encoraja a viver cada dia e ser a melhor versão de mim, me ajudou a conseguir escrever este trabalho, mesmo em meio a minha ansiedade e pessimismo, sempre me acalmou e fez o inalcançável por mim.

A Maria Eduarda, companheira nesta caminhada acadêmica, a quem dividi muitos momentos de ansiedades, tristezas e alegrias, sentindo sempre alívio por tê-la ao lado no processo.

Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana.

(Carl Jung)

RESUMO

A vulnerabilidade social é uma situação que acomete parte da comunidade discente, trazendo inúmeras consequências para o processo de ensino e aprendizagem. Por isso, o estudo teve como objetivo analisar as interferências da vulnerabilidade social no desempenho escolar dos estudantes do Ensino Fundamental, procurando identificar os fatores que contribuem para o surgimento da vulnerabilidade, tendo ainda como foco os procedimentos avaliativos utilizados pelos docentes para averiguar o rendimento escolar dos alunos e as contribuições da instituição escolar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos em situação de vulnerabilidade. Para melhor compreender a temática se buscou como aportes teóricos as contribuições de autores como Soares (2015); Morais, Raffaelli e Koller (2012); Sapienza e Pedromônico (2005); Gatti (2004); Ferrari (2002); Ribeiro (2002); Luckesi (1999, 1996), entre outros. Além do aporte teórico foi realizada uma pesquisa de campo e para produção dos dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada com a professora do 5° ano do Ensino Fundamental, 2 (dois) estudantes e a coordenadora pedagógica da escola, que constituíram os sujeitos da pesquisa. A partir dos resultados obtidos torna-se possível inferir que a escola tem possiblidades de promover uma aprendizagem significativa para os alunos em situações de vulnerabilidade social, sendo avaliação escolar uma das ferramentas que pode ser utilizada de forma mais eficiente e acolhedora para alcançar este propósito. Para tanto, deve ser proposta e praticada de maneira que os alunos consigam adquirir as habilidades e conhecimentos necessários para a vida humana, e assim sendo obtenham o rendimento escolar desejado.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social. Avaliação. Rendimento Escolar.

ABSTRACT

Social vulnerability is a situation that affects part of the student community, bringing numerous consequences to the teaching and learning process. Therefore, the study aimed to analyze the interference of social vulnerability in the academic performance of elementary school students, seeking to identify the factors that contribute to the emergence of vulnerability, also focusing on the evaluation procedures used by teachers to assess the academic performance of students and the contributions of the school institution in the teaching-learning process of students in vulnerable situations. To better understand the theme, theoretical contributions were sought from authors such as Soares (2015); Morais, Raffaelli and Koller (2012); Sapienza and Pedromônico (2005); Gatti (2004); Ferrari (2002); Ribeiro (2002); Luckesi (1999, 1996), among others. In addition to the theoretical contribution, field research was conducted and data were collected through a semi-structured interview with a 5th grade elementary school teacher, 2 (two) students and the school's pedagogical coordinator, who constituted the research subjects. Based on the results obtained, it is possible to infer that schools have the potential to promote meaningful learning for students in situations of social vulnerability, with school assessment being one of the tools that can be used in a more efficient and welcoming way to achieve this purpose. To this end, it must be proposed and practiced in such a way that students can acquire the skills and knowledge necessary for human life, and thus achieve the desired academic performance.

Keywords: Social Vulnerability. Assessment. Academic Performance.

LISTA DE SIGLAS

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

TEA - Transtorno do Espectro Autista

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO……..…….11
2 VULNERABILIDADE SOCIAL E O CONTEXTO EDUCACIONAL…….....……14
2.1 BREVE HISTÓRIA SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIAL…….....……14
2.2 DEFINIÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL…….....……15
2.3 A FACE DA VULNERABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR.....….16
2.4 A INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIAIS NO RENDIMENTO ESCOLAR.....17
3 A FUNCIONALIDADE DA AVALIAÇÃO ESCOLAR: UM OLHAR SOBRE A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA……..…….....……20
3.1 A HISTÓRIA DA AVALIAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL…….....20
3.2 A AVALIAÇÃO ESCOLAR: SEUS MODELOS DE FINALIDADES…….....…….21
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO…….....……..……23
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS…….....….....……26
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS……...……39
REFERÊNCIAS……..……41
APÊNDICES……...…...…45

1 INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade é uma condição social e econômica que acomete parte da comunidade discente, trazendo vários tipos de implicações para o processo de ensino e aprendizagem, assim como para toda a trajetória escolar dos estudantes. Neste sentido, o interesse em pesquisar sobre o assunto surgiu a partir de vivências no ambiente de trabalho, cuja experiências permitiram refletir sobre a urgência em evidenciar as consequências da vulnerabilidade social no desempenho dos estudantes da educação básica.

A pesquisa teve como objetivos analisar as interferências da vulnerabilidade social no desempenho escolar dos estudantes do Ensino Fundamental, procurando identificar os fatores que contribuem para o surgimento da vulnerabilidade, tendo ainda como foco os procedimentos avaliativos utilizados pelos docentes para averiguar o rendimento escolar dos alunos e as contribuições da instituição escolar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos em situação de vulnerabilidade.

A partir das reflexões acerca da vulnerabilidade social na educação básica, torna-se visível os impactos das desigualdades sociais nas condições de acesso à educação, bem como a importância de elucidar as consequências dessas disparidades no rendimento escolar.

Assim, abordar as desigualdades sociais possibilita a discussão sobre a necessidade de se construir oportunidades mais justas de aprendizagem e de promoção da inclusão, como elementos fundamentais para a edificação de uma sociedade mais igualitária.

A instituição escolar se caracteriza enquanto ambiente social, pois no processo de ensino e aprendizagem ocorrem dinâmicas interacionistas, ou seja, mesmo no ensino formal são possibilitadas para as crianças, experiências que possibilitam o desenvolvimento das potencialidades humanas através das interações/observações feitas a partir do próprio ambiente materializado e das experiências vivenciadas.

A temática da vulnerabilidade social e sua relação com a educação básica ainda é pouco discutida durante o processo de formação dos profissionais da educação, porém é uma realidade que se encontra de maneira cada vez mais presente no cotidiano das escolas públicas brasileiras, sendo um desafio na dinâmica do processo de ensino-aprendizagem. Então, torna-se necessário que a

pauta seja amplamente vista, discutida e elucidada, dando visibilidade aqueles que estão à margem da sociedade.

As situações de vulnerabilidade fazem parte da realidade vivida por muitos sujeitos. Por isso, torna-se necessário que sejam elaboradas reflexões pertinentes as suas causas, sobre suas implicações no âmbito escolar e sua relação com o rendimento escolar, para que as políticas públicas de assistência possam ser direcionadas ao atendimento dos direitos garantidos a todos, de acordo com os documentos normativos e legislativos previstos.

Para melhor compreensão da temática abordada se buscou como aporte teórico as contribuições de autores como Soares (2015); Morais, Raffaelli e Koller (2012); Sapienza e Pedromônico (2005); Gatti (2004); Ferrari (2002); Ribeiro (2002); Luckesi (1999; 1996), entre outros, os quais foram cruciais para a construção teórica do trabalho, bem como para a análise das informações coletadas.

O Trabalho foi estruturado em quatro seções: a primeira seção aborda a vulnerabilidade social e contexto escolar, trazendo um breve histórico sobre a vulnerabilidade, a definição conceitual e as implicações dos fatores sociais no rendimento escolar. O estudo destes tópicos objetivou apresentar o conceito de vulnerabilidade social e fazer uma relação com o contexto escolar, compreendendo os eixos sociais que se fazem presentes na vida cotidiana e são estendidos na vivência escolar de alunos.

A segunda seção enfatiza a funcionalidade da avaliação escolar, destacando a história da avaliação escolar, ou seja, como se consolidou o processo avaliativo escolar ao longo do tempo no Brasil, seus modelos, finalidades, assim como a avaliação acontece no ambiente escolar e sua relação com os fatores sociais.

A terceira seção destaca a metodologia utilizada na realização do estudo, o qual foi elaborado inicialmente por meio de um levantamento bibliográfico acerca do tema abordado, seguida de uma pesquisa de campo utilizando uma abordagem qualitativa, tendo como sujeitos a professora do 5º ano do Ensino Fundamental, 02 (dois) alunos da mesma turma e a coordenadora pedagógica da instituição escolar, os quais foram submetidos a uma entrevista semiestruturada constituída por perguntas, que possibilitaram a coleta das informações.

A quarta seção apresenta a análises dos dados obtidos a partir dos relatos dos sujeitos da pesquisa durante a entrevista. As informações foram transcritas,

analisadas e confrontadas com o aporte teórico elaborado sobre o tema. O estudo foi concluído com as considerações finais sobre os achados acerca do objeto de estudo.

2 VULNERABILIDADE SOCIAL E O CONTEXTO EDUCACIONAL

Esta seção teve como intuito fazer uma discussão sobre a vulnerabilidade social e o contexto educacional. Assim, se discutiu sobre a contextualização do termo vulnerabilidade social observando como foi empregado ao longo do tempo, até chegar a conceituação do termo no cenário atual. Nesta seção, também se fez um estudo sobre a relação do contexto escolar com a vulnerabilidade social, compreendendo como pode se manifestar no ambiente escolar e influenciar no rendimento escolar dos alunos.

2.1 BREVE HISTÓRIA SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIAL

O termo vulnerabilidade passou a ter maior visibilidade a partir da década de 80, inicialmente ligado a saúde, quando houve o período endêmico de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Pelo modo que aconteceu a propagação da doença em diversos países, os tabus com relação ao combate a ela criaram uma correlação da doença a um perfil socioeconômico, objetivando associar este acontecimento a um determinado grupo social de indivíduos que seriam considerados “vulneráveis”.

Os autores como Ayres, França Júnior, Calazans & Saletti Filho (2009) evidenciam que o conceito de vulnerabilidade se desenvolveu devido a possibilidade de a incidência do vírus ser maior de acordo com as disposições de qualificação individual e coletiva, relacionados a quantidade de recursos de proteção. Segundo os autores, a vulnerabilidade destaca as pluralidades dos diferentes contextos sociais como influência a futuras propensões.

Através dessas concepções os grupos sociais passaram a ser reconhecidos não apenas como a força de vontade individual, do modo singular, ampliou-se para o todo social, considerando os fatores sociais, culturais, políticos, econômicos, tendo perspectiva de que a proteção não dependia apenas da consciência individual e escolha racional, pois a vulnerabilidade é uma realidade referente as vivências relacionadas tanto ao contexto social quanto ao individual.

Ademais, de acordo com as informações mencionadas anteriormente, pode-se compreender que o conceito de vulnerabilidade social foi criado de acordo com as áreas da saúde pública e das ciências humanas, visto que surgiu em meio a um enfrentamento de epidemia, e se estabeleceu enquanto base reflexiva e social. Essa

coexistência permitiu que o termo fosse cada vez mais pertinente as linhas de pesquisa, bem como de reflexão e de debate.

2.2 DEFINIÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

A vulnerabilidade social reflete acerca da compreensão de que existe várias necessidades primordiais para a existência humana, como saúde, alimentação, trabalho, segurança, educação, lazer, entre outros, os quais são direitos já garantidos constitucionalmente a todos os brasileiros. Então, se caracteriza como vulnerável o grupo ou indivíduo que tem seus direitos negados e/ou não tem acesso aos diferentes serviços indispensáveis a vida humana, ficando, portanto, à margem da sociedade,

É possível definir vulnerabilidade social enquanto uma condição que é caracterizada por sujeitos que são excluídos socialmente, seja por questões econômicas ou fatores ambientais, psicológicos, fisiológicos, culturais, políticos, sociais, entre outros. Além disso, são consideradas pessoas vulneráveis socialmente aquelas que não têm pertencimento efetivo no seu meio social, que precisam de suporte social que garanta meios de sobrevivência.

Como argumentam Morais, Raffaelli e Koller (2012, p. 119):

> Por vulnerabilidade social entende-se o resultado negativo da relação entre disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais oriundas do Estado, do mercado e da sociedade

A vulnerabilidade é um fenômeno que acomete os sujeitos em todas as fases da existência humana e gera interferências no desenvolvimento físico e psicológico. Durante a infância, a vulnerabilidade apresenta-se relacionada a falta de suporte e cuidados, quando não há atendimento as necessidades básicas dessa fase da vida, porém, não acomete somente na infância, persistem durante toda a trajetória de vida do sujeito.

Como enfatizam Sapienza e Pedromônico (2005, p.210):

> Por exemplo, a adolescência é um período vulnerável para muitos, pois é uma fase do desenvolvimento em que ocorrem mudanças físicas e psicológicas; é quando o indivíduo começa a tornar-se independente dos pais e dar mais valor aos pares; é também quando o indivíduo quer explorar uma variedade de situações com as quais ele ainda não sabe bem como lidar. Assim, um adolescente pode não saber ou não conseguir dizer não a um colega que ele admira e que está lhe oferecendo drogas.

O abandono relacionado à criança e ao adolescente tem várias maneiras de se expressar, pois embora possa existir o abandono mais abrupto relacionado a falta de recurso e a marginalização da infância, o que é o mais corriqueiro, existe o abandono “invisível” das crianças e adolescentes que mesmo dispondo de “assistência financeira” por parte dos familiares, não dispõem de vínculos afetivos com os pais, faltando muitas vezes o apoio da “mãe”, e/ou do “pai”, que ao se eximir de suas responsabilidades, acabam trazendo várias consequências para a conivência das crianças e adolescentes em sociedade.

2.3 A FACE DA VULNERABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

A instituição escolar é caracterizada enquanto um espaço social no qual as crianças e adolescentes passam grande parte do tempo de suas vidas, e trazem consigo o seu contexto social. Em um contexto social permeado por problemas diversos, a escola está sendo o espaço para debate de diversas pautas, como direitos humanos, racismo, questões de gênero e sexualidade, matemática financeira, entre outros.

O debate acerca dessas questões torna-se indispensável para a programação curricular da escola. Entretanto, nem todas as instituições são favoráveis a discussão de questões sociais, muitas vezes dando ênfase apenas aos conteúdos delimitados no livro didático.

Dessa maneira, ainda que determinadas temáticas não sejam motivos de preferência ou sejam desconfortantes para a escola, para profissionais ou mesmo a sociedade, ignorá-las seria retirar parte do papel da escola, pois impede a reflexão a respeito da condição em que estão inseridos os alunos, e a escola deve formar para a vivência real, englobando as questões da rotina e do entorno ao educando.

De acordo com Saviani (2004) são as necessidades humanas que guiam os objetivos da educação, e a programação curricular, o planejamento e a vivência escolar devem estar correlacionados. Ainda que de modo incompleto, é através da educação básica que é possibilitado parte do desenvolvimento crítico do educando, bem como desenvolve as capacidades humanas e sociais. Para tal fim, a instituição deve pautar seu trabalho levando em consideração a situação dos alunos, os

elementos que consistem na sua realidade, a formação pessoal, seus laços familiares e a vulnerabilidade social.

Cabe ressaltar que inúmeros fatores tornam o ambiente escolar mais complexo, um desses motivos é o abandono escolar, visto que o crescimento do índice de evasão e abandono escolar geram preocupações para os docentes e equipes gestoras. Mesmo quando não há evasão por completo, muitos alunos passam um tempo significativo sem frequentar a escola. Nesse período, o processo de aprendizagem é completamente afetado, haja vista os conteúdos do ano letivo terem uma sequência lógica, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

No processo educacional o estudante pode ter sua aprendizagem comprometida por vários fatores, sejam eles de causa social, financeira e/ou familiar, saúde, entre outros. A evasão escolar, assim como o baixo rendimento são uma realidade no contexto das escolas públicas brasileiras, tragicamente, os alunos podem não ter acesso ao ambiente escolar, seja por falta de transporte, acompanhamento, ou condições de acesso limitados. Segundo o Censo Escolar de 2023, a taxa de evasão escolar na Educação Básica do Brasil foi de 5,9%, número que traz preocupação com aqueles que não estão tendo acesso básico à educação, sobretudo, os estudantes oriundos de contextos vulneráveis (Brasil, 2024).

Por isso, a vulnerabilidade social no âmbito escolar é entendida também como a possibilidade ou probabilidade acima da média da criança ter danos ou prejuízos no desenvolvimento das habilidades, aprendizagens e potencialidades provenientes de sua esfera individual, social e interseccional, manifestadas em ocorrências adversas.

Na educação básica as desigualdades sociais podem manifestar-se por meio de acesso limitado a recursos educacionais, falta de infraestrutura adequada nas escolas, desigualdade no acesso a tecnologias educacionais, entre outros fatores. Esses desafios podem impactar negativamente o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos, exigindo ações integradas para promover uma educação mais equitativa.

2.4 A INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIAIS NO RENDIMENTO ESCOLAR

Os estudos fundamentados na teoria do sociointeracionismo de perspectiva vygotskyana, defendem que as aprendizagens são ativas priorizando a relação do humano com o seu meio social, pois tanto o sujeito modifica o seu ambiente quanto o ambiente o modifica. Conforme esta teoria, é possível construir reflexões acerca da importância dos fatores sociais no processo de formação escolar, como por exemplo, o fator econômico, em especial a vulnerabilidade socioeconômica em que crianças estão inseridas.

Por isso, a escola está diretamente ligada aos fatores sociais. Como lembra Gatti (2004), no Brasil até os anos 2000 os estudos que abarcam esta temática tratavam majoritariamente de análises quantitativas com temas, tais como: analfabetismo; percurso escolar e fracasso escolar; fluxo escolar e análise de coortes; letramento; políticas e educação básica; financiamento da educação e municipalização; fatores sociais e educação; jovens e educação; avaliação educacional.

Entretanto, mesmo os dados quantitativos precisam estar associados pelo menos a uma análise sistemática. Como assevera Gatti (2004, p.13):

> No emprego dos métodos quantitativos precisamos considerar dois aspectos, como ponto de partida: primeiro, que os números, frequências, medidas, têm algumas propriedades que delimitam as operações que se podem fazer com eles, e que deixam claro seu alcance; segundo, que as boas análises dependem de boas perguntas que o pesquisador venha a fazer, ou seja, da qualidade teórica e da perspectiva epistêmica na abordagem do problema, as quais guiam as análises e as interpretações.

O rendimento escolar pode sofrer influências de diversos fatores relacionados as condições individuais dos alunos, como a estrutura/ambiente familiar, poder aquisitivo, a sociabilidade, cultura, entre outros. Os alunos acometidos pelos desafios sociais têm maior probabilidade de ter seu rendimento escolar afetado, bem como as proteções de vida adulta são reduzidas, ou seja, os estudantes enfrentam limitações nas possibilidades e papéis a desempenhar na sociedade civil. Portanto, é importante que os processos de avaliação e rendimento escolar levem em consideração as especificidades do meio social, sendo então a avaliação algo para mais que pragmático.

Como adverte Luckesi (1999, p. 173):

> Podemos entender a avaliação da aprendizagem escolar como um ato amoroso, na medida em que a avaliação tem por objetivo diagnosticar e incluir o educando pelos mais variados meios, no curso da aprendizagem satisfatória, que integre todas as suas experiências de vida.

Conforme analisado, o ato de avaliar envolve uma complexidade de ações no sistema de ensino, por isso é importante salientar que em todos os níveis devem ser propostos e praticados diversos meios avaliativos, e argumenta Soares (2015) é preciso ainda considerar no processo de ensino-aprendizagem, as dimensões do aluno, da família e do próprio ambiente escolar.

3 A FUNCIONALIDADE DA AVALIAÇÃO ESCOLAR: UM OLHAR SOBRE A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Esta seção tem como pretensão construir um embasamento teórico acerca da avaliação escolar, apresentando algumas considerações sobre as propostas de avaliação escolar, os modelos avaliativos e suas finalidades.

3.1 A HISTÓRIA DA AVALIAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

A avaliação escolar está ligada diretamente a sociedade e a maneira como se organiza a prática pedagógica. Por isso, cabe salientar que a avaliação deve ser considerada como um meio no processo de ensino e aprendizagem, não apenas o fim. É preciso utilizar os instrumentos de avaliação com intuito de melhorar a aprendizagem, considerando não apenas como ponto final, mas com o objetivo de detectar novos caminhos que podem ser percorridos durante o desenvolvimento da trajetória escolar dos educandos.

A avaliação é proposta a partir da pedagogia escolhida, que busca desenvolver a teoria da educação, a qual reflete o tipo de sociedade, ou seja, sua prática atende aos contextos pedagógicos definidos pelo modelo social dominante em determinado momento histórico.

Para compreender de modo efetivo a função dos procedimentos avaliativos educacionais, possibilitando analisar os fatores determinantes para a construção do sentido de valor do processo avaliativo no Brasil, assim como a correlação com as demais dimensões do social, pode-se inicialmente realizar uma análise histórica da trajetória da avaliação educacional, a partir da qual se pode considerar teoricamente quatro fases como determinantes deste processo: a fase de mensuração, a avaliação por objetivos, como juízo de valor e as novas concepções com características democratizantes (Ribeiro, 2002).

Na mensuração, media-se a inteligência das pessoas por meio de instrumentos e testes capazes de medir a capacidade e o rendimento escolar de cada estudante avaliado. Na avaliação por objetivo, eram realizados testes com intuito de verificar quais indivíduos teriam alcançado os objetivos que estavam determinados a serem atingidos e através do resultado classificar o grau de inteligência dos alunos. Na terceira fase, tornou-se necessário atribuir um juízo de

valor, ou seja, julgar também os objetivos que eram definidos neste caso, julgar o seu real sentido, para tornar esse método um meio para a reorientação do ensino, e as novas trilhas que englobam as novas propostas democratizantes.

Nesse contexto, é essencial pensar em um ato de planejamento que atenda a realidade e as ideologias do meio social, e não obtendo perspectivas apenas a curto prazo, é preciso maior comprometimento com a educação a longo prazo, para que o ato de facilidade de hoje não se torne uma consequência negativa no futuro. Pois como lembra Luckesi (1996, p.117), "[...] a avaliação contribuí para identificar impasses e encontrar caminhos para superá-los; ela subsidia o acréscimo de soluções alternativas, se necessárias, para um determinado percurso de ação e etc."

O planejamento educacional dos conteúdos, as técnicas e atividades de avaliação, devem ser realizadas considerando todas as fases do processo de ensino, e não apenas o fim, bem como os valores que devem orientar toda educação. Neste meio, a avaliação é aliada do processo de aprendizagem, pois através dela se pode averiguar e analisar o caminho que está sendo percorrido, e se o que foi planejado está funcionando, visando oferecer novas possibilidades e alternativas de acesso ao conhecimento de modo mais democrático.

3.2 A AVALIAÇÃO ESCOLAR: SEUS MODELOS E FINALIDADES

Há a necessidade de compreender as práticas avaliativas, assim como os movimentos teóricos e as tendências pedagógicas as quais estão associadas. Dessa maneira, seria possível analisar as intencionalidades sócio-políticas que caracterizam a prática educacional escolar, muitas vezes constituídas por uma avaliação atrelada ao autoritarismo, de fundamentação teórica e conservadora, que visa a permanência da configuração social vigente.

De acordo com Luckesi (1996), temos que indispensavelmente situá-la a cargo de um novo quadro pedagógico. Para tanto, é preciso relacionar a avaliação a uma pedagogia conectada com a prática social e com uma educação, especialmente, voltada para a transformação social. Ainda na compreensão de Luckesi (1996, p. 42):

> A avaliação deixará de ser autoritária se o modelo social e a concepção teórico-prática da educação também não forem autoritárias. Se as aspirações socializantes da humanidade se traduzem num modelo socializante e democrático, a pedagogia e a avaliação em seu interior

> também se transformarão na perspectiva de encaminhamentos democráticos.

As avaliações que são aplicadas apenas como instrumento para qualificar o aluno, reduz a possibilidade de verificação qualitativa da aprendizagem. Por isso, a avaliação do rendimento escolar deve ser diagnóstica, para considerar tudo e todos no processo de ensino e aprendizagem, alinhando-se a práticas educativas conscientes e atualizadas.

A avaliação é um instrumento que ajuda na evolução dos resultados, pois compõe um dos principais parâmetros educacionais no âmbito das instituições escolares, sendo capaz de mensurar a qualidade do ensino presente no projeto pedagógico implementado em sala de aula, para que o aluno se torne protagonista do seu próprio saber.

Para cumprir estas exigências é importante que a dinâmica da instituição escolar esteja projetada com esse alinhamento, bem como haja capacitações educacionais tanto para os docentes como para os gestores escolares, visto que, são eles que definirão os métodos avaliativos a serem seguidos pela instituição.

O rendimento escolar pode sofrer influências de diversos fatores relacionados as condições individuais dos alunos, como a estrutura/ambiente familiar, poder aquisitivo, a sociabilidade, cultura, entre outros.

Os alunos acometidos por problemas sociais têm maior probabilidade de ter seu rendimento escolar afetado, ou seja, os estudantes enfrentam limitações nas possibilidades de desempenhar suas ações na sociedade. Portanto, é importante que os processos de avaliação e do rendimento escolar levem em consideração as especificidades do meio social, sendo então a avaliação um ato amoroso e inclusivo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção traz os aspectos metodológicos que guiaram a pesquisa. A princípio, realizou-se uma conceituação dos elementos que caracterizam o conhecimento e a pesquisa científica e, posteriormente, a descrição sobre os elementos constitutivos do trabalho.

Conhecimento é uma capacidade exclusivamente humana, cujo atributo é resultante da ação de apreender algo, ou seja, é relacionado a quem pratica esta ação, é a capacidade de abstração acerca do funcionamento e entendimento de algo. Há várias formas de conhecimentos, uma delas é o conhecimento científico, no qual é necessário um cuidado para o teste e verificação das informações, para que seja produzido um conhecimento específico. Portanto, é recorrente na ciência a validação de certos conhecimentos, pois garante a veracidade de determinadas informações/saberes.

Cabe então ao pesquisador realizar a construção do conhecimento científicos, por meio da observação, identificação de questões, formulação de hipóteses e a realização de testes para que seja verificado as hipóteses e a formulação de um novo conhecimento por meio de sua constatação. Este processo é possibilitado a partir da pesquisa, que está estritamente relacionada a construção de conhecimento. Embora, nem todos os conhecimentos sejam construídos por meio de pesquisas, pois não se pode restringir o conhecimento apenas ao âmbito científico.

Já a pesquisa é um instrumento que se usa para conseguir atingir determinados objetivos, que de acordo com Goergen (1981), pode ter múltiplos objetivos: a resolução de questões específicas, construir teorias ou fazer a avaliação de teorias já existentes. Pode-se salientar também que a teoria é fator determinante para o processo de pesquisa, visto que não existe uma pesquisa se não houver a parte da teoria, pois a teoria é parte ininterrupta da construção da pesquisa.

Ainda sobre a pesquisa científica, Richardson (1985, p.16), destaca que:

> Não existe urna fórmula mágica e única para realizar urna pesquisa ideal; talvez não exista nem existirá urna pesquisa perfeita. A investigação é um produto humano, e seus produtores são seres falíveis. Isto é algo importante que o principiante deve ter ‘em mente’ ‘: fazer pesquisa não é privilégio de alguns poucos gênios. Precisa-se ter conhecimento da realidade, algumas noções básicas da metodologia, e técnicas de pesquisa, seriedade e, sobretudo, trabalho em equipe e consciência social.

Portanto, a pesquisa constitui-se enquanto um processo complexo, sem superficialidade, sendo necessário aprofundamento e continuidade, pois sempre haverá possibilidade de conhecer algo novo a partir da pesquisa, bem como tornar-se próximo a realidade do indivíduo, e os questionamentos e buscas por respostas partem também da realidade cotidiana.

Buscando respostas para o objeto de estudo, a abordagem de pesquisa utilizada para o desenvolvimento dos processos de realização desta pesquisa foi a perspectiva qualitativa, considerando que tal abordagem envolve uma análise detalhada e aprofundada do objeto a ser pesquisado.

Essa abordagem de pesquisa é baseada na produção de dados do próprio contexto/ambiente natural, onde os dados são produzidos, analisados e interpretados. É frequentemente utilizada quando se deseja compreender um fenômeno complexo em sua totalidade, explorar relações de causa e efeito, ou investigar um evento único em profundidade.

Neste sentido, a pesquisa em tela foi desenvolvida tendo como lócus uma escola municipal de Ensino Fundamental da cidade Bernardino Batista-PB. Os sujeitos da pesquisa foram os alunos e professores que atuam na referida escola. A amostra da pesquisa foi constituída por 02 (dois) estudantes do 5° ano do Ensino Fundamental I, a professora da turma e a coordenadora pedagógica da instituição escolar.

Para a produção dos dados foi realizada uma entrevista semiestruturada, cuja aplicação seguiu um roteiro de perguntas elaboradas previamente, no entanto utilizado de forma flexível em que novas perguntas foram feitas ou refeitas no decorrer da entrevista. Este instrumento de produção de informações foi escolhido para que a entrevista tivesse características de diálogo espontâneo.

Quanto aos aspectos éticos da pesquisa, o estudo foi realizado de acordo com os princípios que norteiam os direitos humanos universais. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram informados sobre os objetivos e procedimentos adotados na pesquisa, garantia de anonimato e sigilo das informações, bem como a condição de voluntários da pesquisa. A identidade dos participantes foi mantida em sigilo e os resultados advindos da pesquisa são usados apenas para fins acadêmicos.

A análise descritiva foi a escolhida para a pesquisa, pois refere-se a uma das opções que usa os dados baseados na realidade, ou seja, é feita a partir dos resultados que são obtidos, e com o material levantado durante a pesquisa, afinal, é recomendado que os dados empíricos sejam analisados em associação ao aporte teórico que fundamentou a pesquisa.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise de dados foi realizada a partir da produção e coleta de informações e sua relação com a temática estudada, sendo o pesquisador o responsável por tecer considerações mais amplas sobre o objeto de estudo a partir das respostas obtidas com a pesquisa. Assim, a análise de dados possibilitou a compreensão do conceito de vulnerabilidade social, sua influência no ambiente escolar e na aprendizagem de estudantes, tendo uma atenção especial aos procedimentos avaliativos utilizados na verificação do rendimento escolar.

Como mencionado anteriormente, a amostra da pesquisa foi constituída pela professora (P) do 5° ano do Ensino Fundamental I, dois estudantes da turma do 5° ano, caracterizados como estudante (E1) e estudante (E2), e a coordenadora pedagógica (CP) da instituição de ensino.

A primeira entrevistada foi a docente da escola municipal da rede pública onde foi realizada a pesquisa, tem 36 anos de idade, possui graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação. Atua como docente há 14 anos, tendo vínculo com dois municípios, ambos em escolas públicas.

A segunda entrevistada, a coordenadora pedagógica da escola, tem 39 anos de idade, possui graduação em Licenciatura em Pedagogia, com três pós-graduações: Metodologia do Ensino; Psicopedagogia Educacional com Ênfase em Educação Inclusiva e Gestão e Planejamento Escolar. Atua na educação há 21 anos, sendo 12 como professora nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 4 como gestora escolar e 5 como coordenadora pedagógica.

O terceiro entrevistado foi o estudante (E1) do 5° ano do Ensino Fundamental, tem 12 (doze) anos de idade, mora com a mãe, o pai, uma irmã e um sobrinho. Em sua casa apenas seu pai trabalha e recebe suporte financeiro do programa de transferência de renda Bolsa Família. Seus pais possuem ensino fundamental incompleto. Sua irmã possui ensino fundamental incompleto e não frequenta escola. O estudante tem Transtorno do Espectro Autista (TEA) e tem dificuldade de leitura, no entanto na sala de aula em que estuda, não recebe atendimento especializado e nem tem auxílio de cuidador.

O último entrevistado o estudante (E2) também do 5° ano, tem 11 anos de idade, mora com os avôs maternos, a mãe, o pai e um tio. A renda da família vem do

seu avô que é aposentado. Seus avós possuem ensino fundamental incompleto, mas não sabem ler. Seu pai possui ensino fundamental incompleto, mas tem dificuldade de leitura. Sua mãe possui ensino fundamental completo, e domina a leitura. O tio possui ensino fundamental incompleto, mas tem dificuldade de leitura. O estudante tem deficiência física locomotora e tem dificuldade de leitura.

A pós a caracterização dos sujeitos da pesquisa, foi realizada a parte analítica das informações, que consistiu em apresentar as respostas da professora, da coordenadora e dos alunos, obtidas a partir das perguntas realizadas na entrevista semiestruturada, para posterior confronto com o aporte teórico que embasou a pesquisa.

A pesquisa teve início com o questionamento sobre o conhecimento dos entrevistados sobre a vulnerabilidade social, para que fosse possibilitado saber a compreensão dos sujeitos sobre o tema abordado.

A primeira entrevistada foi a professora, a qual ministra aula em uma sala cujas vivências estão entrelaçadas a realidades de vulnerabilidade social vivenciada pelos alunos. Ao ser questionada sobre o que compreendia por vulnerabilidade social, a professora esclareceu:

> Vulnerabilidade social é um conceito que está relacionado a exclusão e a marginalização de pessoas ou dos grupos minoritários que tem, está diretamente ligada a desigualdade econômica, social, política e que tem como consequência isso, negação dos direitos básicos que está presente, né? Que é defendida pela Constituição Federal, no entanto não são cumpridos. E essas pessoas e grupos encontram-se em situação de desvantagem, já que esses direitos básicos como educação, saúde, alimentação e moradia são negados, e isso compromete as oportunidades e o desenvolvimento de uma vida melhor, de uma busca para ter uma vida melhor (P-2024).

A partir das informações obtidas, foi possível perceber que a professora tem um conceito amplo e claro sobre a definição de vulnerabilidade, compreendendo suas dimensões e influência na vida das pessoas, pois trata-se da fragilização de sujeitos ou grupos que têm menores chances de acesso a direitos e maiores chances de exposição a situações de risco e de exclusão social.

Como argumentam Winter, Menegotto e Zucchetti (2019, p. 168-169):

> [...] A vulnerabilidade vai além da precariedade no acesso à renda. Também está atrelada a fragilidades de vínculos afetivos relacionais e a desigualdades de acesso a bens e serviços. Associada à desigualdade social e à perversa concentração de renda, indo além das privações e diferenciais de acesso a bens e serviços, revela-se numa dimensão mais complexa que é da exclusão social.

O segundo questionamento teve como proposta conhecer os fatores desencadeantes da vulnerabilidade social e como estes influenciam na aprendizagem discente. Sobre esta indagação a educadora descreveu:

> Os principais desafios enfrentados por uma criança exposta a vulnerabilidade social estão ligados diretamente a falta de uma alimentação adequada que interfere na questão da nutrição. Nesse processo de desenvolvimento tanto físico quanto cognitivo, a limitação no acesso à saúde de qualidade que pode resultar em problemas não tratados que vem interferir nesta aprendizagem. Também um ambiente familiar instável, que a gente costuma chamar de famílias desestruturadas, que vivem conflitos expostos a violência, pais ausentes que vai interferir nesse impacto emocional e ela não vai ter um desenvolvimento como a gente espera, porque vai faltar apoio segurança interfere, né? na parte psicológica da criança a questão também da exclusão social, discriminação que eles sofrem por serem marginalizados, por serem tratados como minorias e são resquícios da pobreza. Também tem a questão da violência, falta de apoio escolar e todos esses problemas levam também uma questão crucial que é a do trabalho infantil que essa vulnerabilidade leva a situação de pobreza e muitas crianças se veem obrigadas ou são forçadas a trabalhar desde pequenas, para o complemento dessa renda familiar e que interfere diretamente no tempo, na energia, na vontade e disposição de aprender de se dedicar os estudos, na certa levar a evasão escolar (P-2024).

Como se pode observar, a professora demonstra compreensão sobre vários fatores geradores da vulnerabilidade social e que interferem de modo significativo no processo de aprendizagem dos estudantes. Fatores esses que devem ser evidenciados e refletidos no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, buscando alternativas que possibilitem ao aluno a superação das condições desfavoráveis.

De acordo com Alves, Alves e Santos (2016, p. 70):

> A discriminação, falta de acesso à educação, abuso sexual, exploração de trabalho infantil, ausência da família, resultando na falta de uma perspectiva de melhoria de vida, são indivíduos que não tem ofertas de projetos futuros, pois vivem em situações miseráveis e acabam desacreditando na vida.

Assim, crianças que residem em lares caracterizados pela debilidade social são mais passíveis de serem acometidas pela marginalidade, como a violência, o uso de drogas, trabalho e exploração infantil, fome, falta de saneamento básico e de acesso ao tratamento da saúde. Estes são alguns dos aspectos que influenciam diretamente no desenvolvimento do indivíduo em todas suas fases de vivência, principalmente em tempo de infância e adolescência, momento potencializador para o aprimoramento das aprendizagens e das habilidades humanas.

Na terceira indagação se buscou compreender, na concepção da professora, quais seriam as principais dificuldades na aprendizagem dos estudantes em

situação de vulnerabilidade social, para que fosse refletido sobre os aspectos que mais fragilizam o processo de ensino-aprendizagem. A este respeito pontuou:

> As principais dificuldades causadoras dessa vulnerabilidade social estão na má distribuição interna de renda que causa a desigualdade social, que está diretamente ligada a esses aspectos sociais econômicos culturais que já foram falados anteriormente e que afetam diretamente o desenvolvimento e a aprendizagem dos nossos alunos. Como que um aluno vai se desenvolver e ter uma aprendizagem de qualidade se ele não tem uma alimentação de qualidade, se ele não tem uma moradia digna, se ele não tem os seus direitos garantidos. Então, uma família que vive na pobreza na baixa renda, não tem como atender essas necessidades básicas da criança com má alimentação, moradia, saúde e isso afeta diretamente esse desenvolvimento da criança tanto físico e cognitivo, uma criança que não é bem alimentada ou que vive em situação de desconforto, né? Ela não tem como aprender igual a quem tem um nível socioeconômico mais alto (P-2024).

Conforme citado pela entrevistada, pode-se levar em consideração que as debilidades causadas pela vulnerabilidade social, como a fome, falta de moradia digna, pobreza, dentre outros aspectos, influenciam na aprendizagem dos alunos, pois o desenvolvimento é diferente a partir do nível socioeconômico que afeta principalmente o desenvolvimento físico, social, cognitivo e motor dos educandos.

O quarto questionamento buscou identificar quais seriam os procedimentos avaliativos da escola, e se estes procedimentos levam em consideração as vivências dos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Sobre esta pergunta, esclareceu:

> Não. Infelizmente os processos avaliativos na maioria das vezes não levam em consideração a questão da vulnerabilidade social das crianças. Isso ainda é uma questão invisibilizada pela escola, ela desconsidera essas questões sociais econômicas e culturais enfrentadas pela maioria das crianças. Nas nossas escolas tradicionalmente a avaliação tende a focar nos resultados acadêmicos e no desempenho padronizado desses alunos, é que na verdade é abordagem limitada e injusta porque desconsidera essas desigualdades que influenciam diretamente no desenvolvimento e no processo de aprendizagem das crianças que leva e ratifica a desigualdade social um espaço que deveria ser de oportunidade de melhorar e diminuir a desigualdade social. Pelo contrário, ela acaba ratificando a desigualdade social, já que é essas provas padronizadas, elas visam um currículo homogêneo, como se não houvesse diferenças, nas condições de vida de acesso e permanência desses alunos nos espaços escolares como se eles são medidos de forma igualitária e não considera essas diferenças (P-2024).

Com base no que foi explicitado pela professora, entende-se que a prática avaliativa pode ser aplicada de modo “engessado”, sem levar em consideração os aspectos sociais dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem. As avaliações, de acordo com a entrevistada, acontecem de modo homogêneo e ratificam a desigualdade social, tornando-a invisibilizada nos processos avaliativos, quando as avaliações realizadas pela escola deveriam promover a inserção do aluno em um processo de desenvolvimento contínuo e eficaz.

Ademais, essa dupla possibilidade de tipo avaliativo oportuniza à instituição escolar de desenvolver práticas voltadas a avaliações inclusivas ou avaliações engessadas. O que é descrito como “verificação” e “avaliação” por Luckesi (2011, p. 29):

> Para distinguir essas duas condutas – examinar/verificar ou avaliar na escola -, basta relembrar sucintamente que o ato de examinar se caracteriza, especialmente (ainda que tenha outras características) pela classificação e seletividade do educando, enquanto que o ato de avaliar se caracteriza pelo seu diagnóstico e pela inclusão.

A instituição escolar deve prezar por práticas avaliativas inclusivas e pautadas na realidade dos educandos, levando em consideração os seus contextos e vivências. Para isso, o educador deve desenvolver suas práticas visando promover o desenvolvimento de todas as potencialidades inerentes a fase do educando, de modo a focar não somente nas lacunas, mas no desenvolvimento contínuo das aprendizagens. Pois, como estabelece a LDB:

> A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais (BRASIL, 1996).

A avaliação deve ser planejada para completar o desenvolvimento com qualidade do educando, não se basear em testes padronizados que visam um currículo homogêneo, como foi mencionado pela professora, ao descrever que a escola foca nos resultados acadêmicos e conhecimentos padrões, quando deveria estar focado na produção de habilidades e conhecimentos que são significantes para a vida do estudante.

A última pergunta buscou saber como as atividades de ensino podem contribuir na aprendizagem de alunos em condição de vulnerabilidade social, para que sejam construídas possibilidades de amenizar as interferências na aprendizagem causadas pelas fragilidades sociais de classes. Para responder este questionamento a professora argumentou:

Acredito que as atividades escolares podem ser talvez a única ferramenta que nós professores temos para ajudar amenizar esses problemas de aprendizagem que são enfrentados por esses alunos que vivem em situação de vulnerabilidade social. Então, eu acredito que começa no planejamento dessas atividades mais inclusivas acolhedoras e que elas sejam ajustadas, né? Pensadas de acordo com a realidade dessas crianças, como uma questão da adaptação de atividades diferenciadas, de um apoio maior para essas crianças que enfrentam dificuldades. Essas atividades devem levar em consideração, principalmente, a aprendizagem, porque alguns deles por esses fatores comentados anteriormente geralmente é aprendizado demais e é mais frágil de recurso e de suporte mais

individualizado. Dá um apoio maior a essas crianças que têm dificuldade e também pode pensar em projetos de aprendizagem colaborativa onde eu até trabalho, tem até um projeto relacionado a isso, onde os alunos que têm mais facilidade ajudam de forma intercalada. Eles ajudam os alunos com maior dificuldade, isso é bem enriquecedor essa tutoria. Acredito que na sala de aula a gente pode fazer... são esses tipos de atividades que devem ser sensíveis para essas realidades, de forma a parar, ou talvez a diminuir esse grande abismo entre os estudantes que estão em situações mais favoráveis e aqueles que não estão também tenham condições de igualdade de acesso e oportunidade para buscar um futuro melhor (P-2004).

De acordo com a fala da professora, o planejamento é a chave para o desenvolvimento de atividades escolares que se propõem a amenizar os impactos da vulnerabilidade social, sendo o meio mais funcional para isso, através de “atividades acolhedoras e inclusivas”, e de projetos de aprendizagem colaborativos reforçando as atividades e conteúdos para os estudantes com mais dificuldades.

Segundo Moreira (2012, p. 32):

> O professor ao assumir o seu papel de incentivador e observador, desenvolve uma grande flexibilidade e criatividade na sua função de formador e educador, dando-lhe, também, uma oportunidade para desenvolver trabalho colaborativo com os seus pares, substituindo o isolamento que caracteriza o seu desempenho no ensino tradicional. Por outro lado, os professores devem ter uma boa preparação e motivação na implementação desta estratégia.

Ainda segundo a professora, o educador pode desenvolver projetos educacionais que contemplem os educandos com prejuízos na aprendizagem, a exemplo o projeto que desenvolve, que engloba a aprendizagem colaborativa e traz auxílio para os estudantes com maiores dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

Após as respostas da professora, seguiu-se a análise das informações obtidas com a coordenadora pedagógica da escola municipal, lócus pesquisa. A segunda entrevistada foi questionada sobre as mesmas perguntas direcionadas a professora, pois sendo conhecedora da realidade da escola e dos estudantes, poderia ter um olhar criterioso e amplo acerca das temáticas trabalhadas na entrevista.

Em resposta a primeira pergunta sobre sua concepção de vulnerabilidade social, a coordenadora mencionou:

Vulnerabilidade social se refere a condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos (CP- 2024).

Na fala da coordenadora, pode-se perceber que a entrevistada tem uma concepção bem formada sobre vulnerabilidade social, em consonância com o pensamento de Winter, Menegotto e Zucchetti (2019), quando enfatizam que a vulnerabilidade se refere, principalmente, a exclusão social de indivíduos ou de grupos, que estão privados da integração social e usufrutos dos direitos inclusive os socioeconômicos.

Dando continuidade a entrevista, a segunda pergunta foi em relação aos fatores de vulnerabilidade social e como influenciam a aprendizagem dos estudantes. Sobre esta indagação a coordenadora argumentou:

Sabe-se que alguns fatores podem influenciar no desenvolvimento da criança, como as condições socioeconômicas, fome, desmotivação, falta de estímulo, desestrutura familiar, a baixa renda, o baixo nível de escolaridade, má condição de moradia, além da falta de acesso à educação, saúde, esporte e lazer (CP – 2024).

De acordo com a coordenadora, existem muitos fatores que são passíveis de vivência nos sujeitos acometidos pela vulnerabilidade social, como a pobreza, fome, falta de estrutura familiar, violência, entre outros. Estes fatores têm influência direta no desenvolvimento das habilidades e potencialidades humanas, estando, portanto, estreitamente ligadas ao rendimento escolar desses sujeitos.

Como assevera Tomazi (1997, p.167):

> A ênfase na educação, sem que esses elementos estejam presentes, pode transformar-se numa posição política extremamente conservadora na medida em que desvia a atenção dos problemas que estão na raiz, da miséria, da fome e da morte de tantas crianças no Brasil.

Em conformidade com as reflexões mencionadas anteriormente, sabe-se que os estudantes que enfrentam todos os impasses da fragilidade social, com prejuízos no desenvolvimento e no rendimento escolar. Por isso, torna-se indispensável que a educação escolar, com ênfase no processo avaliativo, seja constituída e consolidada levando em consideração a condição social e econômica dos estudantes.

A terceira indagação direcionada a coordenadora, buscou conhecer as principais dificuldades de aprendizagem dos discentes alvos da pesquisa. A entrevistada esclareceu:

Apresentam dificuldades significativas na aquisição da leitura, escrita, interpretação, compreensão e raciocínio matemático. O baixo rendimento escolar, falta de interesse e baixa frequência escolar. Muitos pais não reconhecem a escola como um espaço que favorece oportunidade de ascensão social. Não incentiva seus filhos a se dedicarem aos estudos, devido ao fato de muitos dos pais ou responsáveis por essas crianças apresentarem baixa escolaridade.

Na compreensão da coordenadora são várias as dificuldades de aprendizagem enfrentadas por estudantes em situações de vulnerabilidade social. Além das influências em relação as dimensões extra-escolares, existem aspectos escolares que são afetados, pois os discentes sofrem interferências no nível de rendimento, na frequência escolar e no desenvolvimento das capacidades e potencialidades de aprendizagem.

Como se pode observar de acordo com Campos (1979, p. 33):

> A aprendizagem envolve o uso e o desenvolvimento de todos os poderes, capacidades, potencialidades do homem, tanto físicas, quanto mentais e afetivas, isto significa que aprendizagem não pode ser considerada somente como um processo de memorização ou que emprega apenas o conjunto das funções mentais ou unicamente os elementos físicos ou emocionais, pois todos estes são aspectos necessários.

Também ficou evidenciada na fala da coordenadora, a relação entre o rendimento escolar e o nível de escolaridade dos pais dos estudantes, assim como a falta de incentivo no processo de ensino e aprendizagem dos filhos. Assim, como é reforçado por Santos e Toniosso (2014 131):

> O contexto familiar será o primeiro ambiente em que a criança irá criar seus vínculos e relacionamentos, e a partir de tais relações o indivíduo criará seus modelos de aprendizagem como também terá seus primeiros conhecimentos acerca do mundo a sua volta, criando noções básicas que influenciarão na sua vida escolar.

Logo, a família como instituição social exerce significativa importância na vida dos sujeitos, por isso fica evidente os prejuízos na educação e no desempenho escolar de estudantes cujas famílias pertencem aos setores vulneráveis da sociedade. Segundo Ferreira e Marturano (2002, p.39), “crianças provenientes de famílias que vivem com dificuldades econômicas e habitam em comunidades vulneráveis, tendem a apresentar mais problemas de desempenho escolar e de comportamento”.

Assim, a participação da família na vida escolar do educando é fundamental, para o acompanhamento do processo educacional, no sentido de despertar a motivação, incentivar o desenvolvimento e a aprendizagem, considerando que é papel da família acompanhar a vida estudantil da criança, proporcionando melhor qualidade educacional.

A penúltima indagação direcionada a coordenadora teve como propósito, saber quais os procedimentos avaliativos mais utilizados na instituição escolar, e se estes levam em consideração os aspectos sociais da vivência dos discentes. A este respeito a coordenadora pontuou que:

> Os procedimentos de avaliação nas escolas brasileiras de maneira geral evidenciam que ainda existem práticas avaliativas que transitam com resquícios classificatórios e excludentes. Porém, os instrumentos mais comuns que são aplicados além das provas objetivas são: os trabalhos em grupos, treinos ortográficos, exercícios complementares nos cadernos e questionamentos orais a fim de analisar os conhecimentos do aluno em determinada matéria (CP-2024).

Na concepção da coordenadora, as avaliações realizadas nas escolas de maneira geral, ainda são pautadas em procedimentos com viés classificatório e excludente. Desta forma, são adotadas práticas avaliativas constituídas a partir de um padrão pré-estabelecido como trabalhos em grupos, treinos ortográficos e questionamentos orais, com o propósito apenas de verificar o que o aluno domina/conhece de um determinado assunto.

Como adverte Steban (2004, p.3-4):

> [...] a avaliação, nessa perspectiva, não pode trabalhar a partir de um padrão pré-estabelecido, porque esse padrão pré-estabelecido, por princípio, ele já está eliminando alguns, se nós trabalharmos com a ideia de que a diferença é uma das marcas desse processo.

Cabe lembrar que, a avaliação escolar não deve adotar um padrão pré-definido, pois se torna excludente ao não levar em consideração as singularidades dos sujeitos no processo de aprendizagem. Portanto, deve ser pensada e planejada de forma contínua, partindo da realidade vivenciada pelos sujeitos participantes do processo de ensino-aprendizagem.

Para finalizar a entrevista, foi perguntado a coordenadora como a escola poderia colaborar com a aprendizagem de alunos em condições de vulnerabilidade social. A entrevista observou que:

> Cada instituição deve considerar a realidade contextual de seus alunos e desenvolver boas práticas de ensino que possam inspirar educadores e estudantes na busca de possíveis caminhos e alternativas para a melhoria dos resultados escolares. E, o que é mais importante, a promoção da equidade e da garantia do direito de aprender (CP-2024).

De acordo com a percepção da coordenadora, a escola pode contribuir para melhorar o rendimento dos alunos com debilidade social atuando no planejamento e nas práticas educativas que considerem a realidade dos estudantes. Para tanto, deve desenvolver metodologias e atividades que cativem os docentes e discentes,

para que assim seja garantida uma educação de qualidade que priorize o aprendizado. Segundo Castellar (2005, p.222), “[...] a realidade vivida pelo aluno, respeitando a sua história de vida e contribuindo para que ele entenda o seu papel na sociedade: o de cidadão”.

Seguido a análise das informações obtidas, foram direcionados cinco questionamentos aos estudantes do 5° ano do Ensino Fundamental, da mesma turma da professora entrevistada. A primeira pergunta buscou saber o que os alunos entendiam por vulnerabilidade social. Sobre o referido questionamento os estudantes expuseram:

Significa que tem pessoas ricas e pessoas pobres (E1-2024).

Quando a pessoa não tem acesso a muita coisa (E2-2024).

Os alunos demonstram ter um conhecimento simplificado acerca do conceito e das dimensões da vulnerabilidade social. Entretanto, o E1 parece entender que as situações vulnerabilidade social, estão relacionadas as classes socioeconômicas menos favorecidas. Já o E2 faz uma associação com a falta de recursos das pessoas que estão em situações vulneráveis.

Dessa forma, a escola pode contribuir para um melhor entendimento sobre o que significa vulnerabilidade social, trabalhando conceitos mais pertinentes a realidade dos educandos, propondo currículos cujos conteúdos sejam significativos para a vida dos estudantes, como é o caso de se reconhecerem no meio social e econômico no qual estão inseridos.

A segunda pergunta foi proposta para conhecer os principais desafios do ambiente em que o aluno reside e que poderiam causar situações de vulnerabilidade social. Os estudantes se posicionaram da seguinte forma:

As brigas dos meus pais (E1-2024).

A minha casa é afastada e não tem ninguém para brincar, e minha mãe não deixa sair para ir brincar (E2-2024).

De acordo com a percepção dos estudantes, suas dificuldades residenciais estão mais relacionadas as relações sociais. O E2 descreve que sua principal dificuldade é o isolamento social, pois o afastamento de sua casa para o convívio com outras crianças, prejudica a sociabilidade humana. Já o E1 menciona que as

contendas vivenciadas por seus pais constituem o principal aspecto de fragilidade no contexto familiar que prejudica o seu desenvolvimento.

Assim, de acordo com Azevedo e Guerra (1989, p.33):

> Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Como se pode perceber a dinâmica das relações sociais, como por exemplo, a instituição familiar exerce um papel importante no desenvolvimento dos indivíduos. Isso implica que, as famílias que enfrentam cenários de violências, fome, pobreza, desemprego, entre outros, não potencializam o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes.

A terceira indagação proposta procurou conhecer os fatores de dificuldade da sua vida cotidiana dos estudantes que mais influenciam em suas aprendizagens na escola. Os Alunos destacaram:

Quando falta comida (E1-2024).

As brigas dos meus pais, que quando eu faço alguma coisa de errado a minha mãe briga com o meu pai. E que antigamente eu não sabia ler porque eu tomava remédio porque eu era energético demais (E1-2024).

Conforme foi mencionado pelos estudantes, existem questões sociais, familiares e cognitivas que interferem no desenvolvimento dos alunos oriundos de condições sociais desfavoráveis. O E2 destaca as desavenças familiares e o atraso no desenvolvimento da leitura causado por condições de transtornos TDAH, ainda não foi confirmado, como os fatores que mais prejudicam sua aprendizagem e, consequentemente, o acesso a uma educação de qualidade.

Já o E1 relatou situações de marginalização, desamparo social e insegurança alimentar, os fatores da vida cotidiana que influenciam no rendimento escolar.

Na concepção de Tomazi (1997, 167):

> A nutrição, alimentação e saúde das crianças, a criação de empregos, a possibilidade de acesso à terra a milhares de trabalhadores são alguns pré-requisitos para que se estabeleça um mínimo de igualdade na base, para depois, ou ao mesmo tempo, haver educação igual para todos.

Dessa maneira, a escola precisa considerar que o estudante que chega à escola com carência alimentar e/ou problema de desnutrição, bem como outras situações provenientes da debilidade social, passa privações e calamidades que o fazem ter menos facilidade de concentrar-se e realizar as atividades de sala de aula.

A quarta indagação foi realizada para entender se os alunos acham que os procedimentos avaliativos utilizados pelos professores nas avaliações diárias, bimestrais e anuais de verificação da aprendizagem devem considerar as dificuldades de sua vida cotidiana. Os estudantes entrevistados responderam:

Sim (E1-2024).

Acho que sim (E1-2024).

Para eles, as avaliações realizadas durante o processo de ensino escolar precisam estar alinhadas com as suas condições de vida e possibilidades de aprender. De acordo com Castellar (2005, p.222): “[...] a realidade vivida pelo aluno, respeitando a sua história de vida e contribuindo para que ele entenda o seu papel na sociedade: o de cidadão”. Por isso, é importante que as práticas educativas priorizem o educando, sua realidade e fortaleça o seu desempenho, respeitando as individualidades e as utilizando como ferramenta para a aprendizagem.

Sendo assim, o educador deve iniciar o processo de avaliação conhecendo os contextos sociais e as dificuldades dos educandos, para que possa desenvolver metodologias e intervenções pedagógicas que favoreçam o crescimento das potencialidades dos alunos, e sirvam de guia para os parâmetros avaliativos adotados pelos docentes.

Para concluir a entrevista foi perguntado aos alunos, que atividades de ensino poderiam ser oferecidas pela escola para melhorar sua aprendizagem e seu rendimento escolar. Em relação a esta indagação, os estudantes responderam:

Fazendo mais comida (E1-2024).

Fazer aula prática, assim, explicando melhor, passando atividades mais fácil porque as questões eu não consigo entender um pouco, porque eu tô aprendendo a ler agora (E1-2024).

Na fala do E1, a escola deve ser o lugar que representa uma base de segurança alimentar para muitas crianças, sendo talvez a única refeição do estudante, portanto, a escola deve fornecer uma alimentação de qualidade, sendo um direito garantido pela Lei 11.947/2009, também conhecida como lei do PNAE.

De acordo com Monteiro (2005, p.33):

> Tanto a aprendizagem escolar, quanto o direito a uma alimentação balanceada estão intimamente ligados, ou seja, a importância da distribuição da merenda escolar está comprovada em vários estudos e pesquisas, uma dessas pesquisas foi realizada e publicada pela Universidade Estadual de Campinas, diz que para 50% dos alunos da região Nordeste, a merenda escolar é considerada a principal refeição do dia.

Já o E2 destaca a importância de se ter atividades adaptadas ao nível de desenvolvimento acadêmico dos alunos e com atividades práticas, pois se tais atividades estão fora de sua capacidade de entendimento, são inúteis para a sua aprendizagem.

Segundo Zabala (1998, p.43):

> [...] trata-se de atividades complexas que provocam um verdadeiro processo de elaboração e construção pessoal do conceito. Atividades experimentais que favoreçam que os novos conteúdos de aprendizagem se relacionem substantivamente com os conhecimentos prévios; atividades que promovam uma forte atividade mental que favoreça estas relações; atividades que outorguem significado e funcionalidade aos novos conceitos e princípios; atividades que suponham um desafio ajustado às possibilidades reais, etc.

Dessa maneira, a escola precisa desenvolver práticas que estejam em consonância com o nível de desempenho do aluno, para que de acordo com suas possibilidades, a aprendizagem seja efetivada. Para tanto, torna-se indispensável que a instituição escolar trabalhe em prol da superação das desigualdades geradas pela vulnerabilidade social, buscando garantir a todos os estudantes oportunidades justas de aprendizagem. Finalmente, deve promover a inclusão, equidade e contribuir para a construção de uma escola e de uma sociedade mais justa e igualitária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da vulnerabilidade social e sua relação com o processo de aprendizagem dos estudantes ainda é pouco discutida no âmbito da Educação Básica. No entanto, esta realidade se faz cada vez mais presente no cotidiano das escolas públicas brasileiras, constituindo um desafio na dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, sobretudo dos estudantes que estão à margem da sociedade.

Por isso, o estudo teve como objetivos analisar as interferências da vulnerabilidade social na trajetória e no rendimento escolar dos estudantes do Ensino Fundamental, buscando identificar os fatores causadores da vulnerabilidade e sua influência na aprendizagem, bem como averiguar os procedimentos avaliativos utilizados pelos docentes no processo de ensino e as atividades desenvolvidas pela escola para amenizar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

O estudo foi desenvolvido a partir de um levantamento bibliográfico sobre o tema, bem como uma pesquisa de campo com uma professora do 5º ano, a coordenadora pedagógica da escola e dois alunos em situação de vulnerabilidade social de uma instituição escolar do município de Bernardino Batista - PB.

Buscando identificar os fatores que contribuem para a vulnerabilidade social e sua influência na aprendizagem dos alunos, por meio da análise dos dados, ficou constatado que as profissionais da educação entrevistadas têm um conhecimento bem detalhado sobre a significância da vulnerabilidade social, bem como de seus principais elementos que influenciam na aprendizagem dos discentes. Todavia, os estudantes demonstram ter uma percepção superficial, não conseguem compreender o conceito vulnerabilidade social, como esta afeta a aprendizagem, e também não se reconhecem enquanto sujeitos vulneráveis.

Em relação as principais dificuldades de aprendizagem dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, foi percebido que existem muitas implicações em suas aprendizagens, sobretudo pela fragilidade social que afeta os processos de cognição, psicomotricidade, sociabilização, a dimensão emocional, fisiológica e sociocultural, os quais comprometem o desenvolvimento escolar.

Sobre os procedimentos avaliativos utilizados pelos professores para a verificação do rendimento escolar dos educandos acometidos pela vulnerabilidade social, ficou evidenciado que tais procedimentos, na maioria das vezes, estão permeados pelas tradicionais provas objetivas, treinos ortográficos, questões orais e

trabalhos em grupos, embora as profissionais estejam cientes de que as avaliações de caráter classificatório não atendem as especificidades e as reais necessidades de alunos socialmente vulneráveis.

Quanto às atividades de ensino desenvolvidas pela escola para amenizar os problemas de aprendizagem causados pelas situações de vulnerabilidade social, ficou evidenciado que a instituição escolar precisa desenvolver estratégias de enfrentamento do problema. As entrevistadas mencionaram o desenvolvimento de aulas acolhedoras e inclusivas, aulas práticas e projetos de aprendizagem colaborativa para reforçar as atividades e conteúdos ministrados para os estudantes com mais dificuldades. Também enfatizaram que cada instituição deve considerar a realidade dos alunos e desenvolver boas práticas de ensino que possam inspirar educadores e educandos na busca de possíveis caminhos e alternativas para melhorar o rendimento escolar dos estudantes.

Por isso, torna-se necessário que sejam elaboradas reflexões pertinentes as causas da vulnerabilidade, bem como sobre suas implicações no âmbito da instituição e no rendimento escolar, para que as políticas públicas educacionais possam ser direcionadas ao atendimento dos direitos garantidos a todos, de acordo com os documentos normativos e legislativos previstos.

É imprescindível também que trabalhado pedagógico seja desenvolvido em prol da superação das desigualdades geradas pela vulnerabilidade social, para que sejam garantidas a todos os alunos, oportunidades viáveis de aprendizagem, visando à promoção da inclusão e da equidade como perspectiva de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, a instituição escolar deve potencializar as capacidades de aprendizagens dos discentes em situação de vulnerabilidade social, que em virtude de apresentarem dificuldades de aprendizagem, devem ser submetidos a um processo de avaliação escolar mais acolhedor e inclusivo para que consigam obter a aquisição das habilidades e conhecimentos necessários para a vida humana, e assim sendo possam atingir o rendimento escolar desejado.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. P; SANTOS, V. S; SANTOS, J. S. Infância, vulnerabilidade e situação de risco em Paulo Afonso-Bahia. **Revista Científica da FASETE**, Bahia, v. 10, n. 10, p. 68-82, 2016. Disponível em: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2016/10/infancia_vulnerabilidade_e_situacao_de_risco_em_paulo_afonso_bahia.pdf. Acesso em: 14 de out. 2024.

ANDRÉ, M. E. D. A. de (org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores Campinas**: Papirus, 2001. (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola; v. 14).

AYRES, J. R., FRANÇA Júnior, I., CALAZANS, G. J. & SALETTI Filho, H. C. (2009). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: D. Czeresnia (Org.). **Promoção da saúde:** conceitos, reflexões, tendências. (2a ed.), Rio de Janeiro: Fiocruz.

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024

BRASIL. Lei 9.394, de 10 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. Brasília, 1996. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em:14 de out. de 2024.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da aprendizagem**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

CASTELLAR, S. V. (2005). Educação geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar. **Cadernos Cedes**, 25(66), 209-225.

FERRARI, A. R. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.

FERREIRA, M.C.T; MARTURANO, E.M. Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. **Psicologia: Reflexão e Critica**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 35-44, 2002.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 11-30, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 4 ed. 1996.

LUCKESI, C. C. **Planejamento e avaliação na escola**: articulação e necessária determinação ideológica. In: LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 4 ed. 1996.

LUCKESI, C. C. Por uma prática docente crítica e construtiva. In: LUCKESI, C. C. **Prática docente e avaliação**. Rio de Janeiro, ABT, 1990. p. 120-151.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo. Cortez, 2011

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

MONTEIRO, C. A. **Análise do inquérito**: “Chamada Nutricional 2005”. Ministério da Saúde. 2005. Brasília.

MORAIS, N. A., KOLLER, S. H. RAFFAELLI, M. Eventos estressores e indicadores de ajustamento entre adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil. **Univ. Psychol**., 9(3), 787-806. 2010

MOREIRA, D.I.J (2012). **A aprendizagem cooperativa**: Aplicação ao 8.º ano de escolaridade na disciplina de História. Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º ciclo do EB e eS Relatório Final. Porto, Setembro, 2012

OLIVEIRA, José Izecias**. Vulnerabilidades e superação da desigualdade educacional no Brasil**: Goiás em análise. 2015. vi. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2. Ed. Novo Hamburgo, RS: FEEVALE, 2013.

RIBEIRO, V.M.; VOVIO, C.L. Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. **Educ. Rev.** [online]. 2017, vol.spe, n.2 [citado 2024-02-18], pp.71-87. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000500071&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1984-0411. https://doi.org/10.1590/0104-4060.51372.

RIBEIRO, B. B. D. A função social da avaliação escolar e as políticas de avaliação da educação básica no Brasil nos anos 90: breves considerações. **Revista Inter Ação**, v. 27, n. 2, p. 127-142, 2002.

SANTOS, L.r. dos; TONISSO, J.P.. A importância da relação família e escola. **Cadernos de educação, ensino e sociedade**, Bebedouro -SP, V.1,n.1, 122-134, 2014.

SAPIENZA, G.; PEDROMÔNICO, M.R.M. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, mai./ago., 2005, p. 209-216. Disponível em :http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a07 .pdf Acesso em 20 janeiro de 2024.

STEBAN, M. T. **TVEscola**: Salto para o Futuro entrevista Maria Tereza Esteban. TvEscola, 2004.

SOARES, T. M.; FERNANDES, N. S.; NÓBREGA, M. C.; NICOLE, A. C. N. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 3, p. 757-772, 2015.

TOMAZI, N.D. **Sociologia da educação**: 3ª edição. São Paulo, Atual:
1997.

VYGOTSKY. **Aprendizado e desenvolvimento .** Um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1993.

Vulnerabilidade e Educação– São Paulo: SME / COPED, 2021. (Coleção Diálogos com o NAAPA, v. 3).

WINTER; A.C.; MENEGOTTO; L.M de; ZUCCHETTI; D.T. **Vulnerabilidade social e educação**: Uma Reflexão Na Perspectiva Da Importância Da Intersetorialidade. In: Conhecimento & Diversidade, Niterói, v. 11, n. 25, p. 165 – 183.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo vulnerabilidade social na Educação Básica: inferências no rendimento escolar, coordenado pela estudante Fernanda da Silva Ribeiro e vinculado a Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de professores do campus de Cajazeiras.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo objetivos analisar as interferências da vulnerabilidade social no desempenho escolar dos estudantes do Ensino Fundamental, procurando identificar os fatores que contribuem para o surgimento da vulnerabilidade, tendo ainda como foco os procedimentos avaliativos utilizados pelos docentes para averiguar o rendimento escolar dos alunos e as contribuições da instituição escolar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos em situação de vulnerabilidade. Portanto, torna-se essencial a temática estar em pauta para discussão, análise e resolução.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimento: Responderá um questionário com perguntas de múltipla escolha. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Mas, se aceitar participar, estará contribuindo com a reflexão sobre o desempenho escolar dos alunos da Educação Básica analisados na pesquisa.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Esta pesquisa atende às exigências das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos. Atende também as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), órgão colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, consequentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada ao Orientador (a), José Amiraldo Alves da Silva (UAE/CFP/UFCG), fone: (83) 9931-8001, email: ou com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa, cujos dados para contato estão especificados abaixo:

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome:
Instituição:
Endereço Pessoal:
Endereço Profissional:
Horário disponível:
Telefone:
E-mail:

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

LOCAL E DATA,

Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal	Nome e assinatura do responsável pelo estudo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

APÊNDICE B - INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DE DADOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM A PROFESSORA E A COORDENADORA

1. Na sua concepção, o que significa vulnerabilidade social?

2. Para você, quais são os principais fatores da vulnerabilidade social e de que maneira influenciam na aprendizagem escolar dos alunos?

3. Quais são as principais dificuldades de aprendizagem dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

4. Quais os procedimentos avaliativos utilizados nas avaliações diárias, bimestrais e anuais de verificação da aprendizagem, e se estes levam em consideração os aspectos de vulnerabilidade social dos alunos?

5. Em sua opinião, como as atividades de ensino oferecidas pela escola podem contribuir para amenizar os problemas de aprendizagem dos alunos causados pelas situações de vulnerabilidade social?

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM OS ESTUDANTES

1. Em sua concepção, o que significa vulnerabilidade social?

2. Quais as principais dificuldades do ambiente onde você reside que causam situações de vulnerabilidade social?

3. Que fatores de dificuldade da sua vida cotidiana mais influenciam na aprendizagem na escola?

4. Para você, os procedimentos avaliativos utilizados pelos professores nas avaliações diárias, bimestrais e anuais de verificação da aprendizagem deveriam levar em conta as dificuldades de sua vida cotidiana?

5. Que atividades de ensino poderiam ser oferecidas pela escola para melhorar sua aprendizagem e seu rendimento escolar?